STJ00115339

2022

CÉSAR FIUZA

DIREITO CIVIL

curso completo

23ª edição revista, atualizada e ampliada

atualizado com

- Legislação e jurisprudência recentes.

editora D'PLÁCIDO

STJ00115339

editora D'PLÁCIDO

Conselho Editorial

Doutor Cláudio Roberto Cintra Bezerra Brandão
Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco – Brasil

Doutora Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves
Professora da Universidade de Lisboa – Portugal

Doutor Georges Martyn
Professor da Universidade de Ghent – Flanders/Bélgica

Doutora Agata Cecília Amato Mangiameli
Professora da Universidade de Roma II – Itália

Doutora Ana Elisa Liberatore Silva Bechara
Professora Titular da USP – Brasil

Doutor Stelio Mangiameli
Professor da Universidade de Teramo – Itália

Editor Chefe
Plácido Arraes

Editor
Tales Leon de Marco

Produtora Editorial
Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico
Letícia Robini

Diagramação
Letícia Robini

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Copyright © 2019, D'Plácido Editora
Copyright © 2019, César Fiuza

São Paulo
Av. Paulista, 2073, loja 120, Conjunto Nacional, Bela Vista – São Paulo - SP, CEP 01311-940

Belo Horizonte
Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG – CEP 30140-007
Tel.: 31 3261 2801

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR INSTAGRAM/EDITORADPLACIDO

Catalogação na Publicação (CIP)

Fiuza, César
F565 Direito civil : curso completo / César Fiuza. - 23. ed. – Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2022.
1504 p.

ISBN 978-65-5589-555-1

1. Direito. 2. Direito Civil. I. Título.

CDDir: 342.1

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

1222087

STJ00115339

Sumário

Nota do autor **5**

1. Introdução **17**
1. Conceito de Direito 17
1.1. Definição etimológica de Direito 20
1.2. Definição semântica de Direito 20
2. Instrumentos de controle social 21
2.1. Direito e religião 22
2.2. Direito e moral 23
2.3. Direito e regras de trato social 25
3. Direito e justiça 26
3.1. Critérios formais 28
3.2. Critérios materiais 29
4. Acepções do Direito 31
4.1. Direito objetivo e subjetivo 31
4.1.1. Estrutura dos direitos subjetivos 33
4.1.2. Função dos direitos subjetivos 34
4.1.3. Classificação dos direitos subjetivos 35
4.2. Direito natural e direito positivo 37
4.3. Divisões do direito positivo 39
4.4. Unidade do direito privado 43

2. O Direito Civil no sistema jurídico romano-germânico **47**
1. Generalidades 47
2. Direito romano 56
2.1. Introdução 56
2.2. Realeza (753 a.C. a 510 a.C.) 56
2.3. República (510 a.C. a 27 a.C.) 63
2.4. Alto Império (27 a.C. a 284 d.C.) 75
2.5. Baixo Império (284 d.C. a 565 d.C.) 79
2.6. Período bizantino (565 a 1453) 83
3. Alta Idade Média (476 a 1100) 83
4. Baixa Idade Média (1100 a 1453) 87
5. Idade Moderna (1453 a 1789) 89
6. Idade Contemporânea (de 1789 a nossos dias) 91
7. Direito Brasileiro 93

3. Lei de introdução às normas do direito brasileiro: eficácia, conflito e interpretação das leis **99**
1. Classificação das leis 99
1.1. Classificação das leis segundo a hierarquia 99
1.2. Classificação das leis segundo sua extensão territorial 100
1.3. Classificação das leis segundo sua força obrigatória 101
1.4. Classificação das leis segundo sua natureza 101
1.5. Classificação das leis segundo seu conteúdo 102
1.6. Classificação das leis segundo a intensidade da sanção 102
2. Eficácia das leis 104
2.1. Início de vigência das leis 104
2.2. Conflito de leis no tempo 107
2.3. Conflito de leis no espaço 108
3. Interpretação das leis 110
3.1. Introdução 110
3.2. Interpretação no direito civil 113
3.2.1. Introdução 113
3.2.2. Crise das instituições 113
3.2.3. Crise da sistematização 117
3.2.4. Crise da interpretação: da Escola da Exegese às teorias da argumentação 120
3.2.5. A funcionalização do Direito Civil 138
3.2.6. A constitucionalização do direito civil 139
3.2.7. A liberdade econômica 146

4. Pessoas **149**
1. Personalidade: generalidades e pessoas naturais 150
2. Nascituro 152
3. Capacidade 157
3.1. Interdição 170
3.2. Emancipação 174
3.3. Crítica à crítica da teoria das incapacidades 175
4. Ausência 176
5. Nome da pessoa natural 180
6. Estado 183
7. Pessoas jurídicas 185
7.1. Histórico 185
7.2. Definição 187
7.3. Natureza jurídica 188
7.4. Características 190
7.5. Classificação 191
7.6. Registro das pessoas jurídicas 196
7.7. Nome das pessoas jurídicas 196

7.8. Teoria da desconsideração da personalidade jurídica ... 197
7.9. Função social das pessoas jurídicas ... 203
8. Fundações ... 204
8.1. Definição ... 204
8.2. Criação ... 204
8.3. Observações ... 205
9. Sujeitos de direitos sem personalidade ... 206
9.1. Casos de fácil solução ou de aparente aplicação da teoria dos sujeitos não personificados ... 208
9.2. Casos de aplicação efetiva da teoria dos sujeitos não personificados ... 210
9.3. A família ... 210
10. Registro civil ... 211
11. Domicílio e residência ... 212

5. Direitos da personalidade ... 217
1. Histórico ... 217
2. Natureza jurídica ... 219
3. Características ... 221
4. Classificação ... 222
5. Fontes ... 223
6. Tratamento legal ... 224
7. Direitos da personalidade e pessoas jurídicas ... 229
8. Direitos da personalidade no sistema brasileiro ... 230

6. Coisas e bens ... 233
1. Definição ... 233
2. Classificação ... 234
2.1. Primeira Classe – Bens considerados em si mesmos ... 234
2.2. Segunda Classe – Bens reciprocamente considerados ... 244
2.3. Terceira Classe – Bens considerados em relação às pessoas ... 248
2.4. Quarta Classe – Bens considerados em relação a sua comerciabilidade ... 250
3. Patrimônio ... 254

7. Fato jurídico, ato e negócio jurídico ... 257
1. Definições ... 257
1.1. Fato jurídico ... 257
1.2. Ato jurídico ... 259
1.3. Ato jurídico em sentido estrito ... 259
1.4. Negócio jurídico ... 260
1.5. Ato-fato jurídico ... 261
1.6. Ato ilícito ... 262
2. O ocaso dos negócios jurídicos – Crise e superação ... 264
3. Atos jurídicos ... 268
3.1. Planos dos atos jurídicos ... 268
3.2. Principiologia dos atos jurídicos ... 272
3.3. Classificação dos atos jurídicos ... 276
3.4. Elementos dos atos jurídicos ... 280
3.5. Condição, termo e encargo ... 281
3.6. Forma dos atos jurídicos ... 290
3.7. Causa e motivo dos atos jurídicos ... 292
3.8. Prova dos fatos/atos jurídicos ... 292
3.9. Defeitos dos atos jurídicos ... 311
3.10. Invalidade dos atos jurídicos (Plano da validade) ... 337
3.11. Crítica à teoria clássica das nulidades ... 351
3.12. Atos jurídicos ineficazes (Plano da eficácia) ... 357
3.13. Atos jurídicos inexistentes (Plano da existência) ... 357
3.14. Conservação dos atos jurídicos ... 359
3.15. Interpretação e integração dos atos jurídicos ... 360
3.16. Atos jurídicos e representação ... 363
4. Atos ilícitos ... 367
4.1. Atos ilícitos em sentido estrito (a cláusula geral do art. 186) ... 367
4.2. Abuso de direito ... 369
4.3. Enriquecimento ilícito ... 380
5. Situações e relações jurídicas ... 387
5.1. Definição ... 387
5.2. Espécies ... 388
5.3. Nascimento e extinção das relações jurídicas – prescrição e decadência ... 389
5.4. Função social das relações jurídicas ... 411
6. Responsabilidade civil ... 412
6.1. Introdução ... 412
6.2. Definição ... 412
6.3. Classificação ... 413
6.3.1. Responsabilidade por atos ou fatos lícitos ... 413
6.3.2. Responsabilidade por atos ilícitos ... 413
6.3.3. Responsabilidade contratual ... 414
6.3.4. Responsabilidade extracontratual ... 414
6.3.5. Responsabilidade com dano e sem dano, com culpa e sem culpa ... 416
6.3.6. Responsabilidade por fato próprio e por fato de outrem ... 417
6.3.7. Responsabilidade por fato de coisa ... 418
6.4. O destino da responsabilidade por atos ilícitos ... 418

STJ00115339

8. Teoria geral do direito das obrigações ... 421
1. Definição de obrigação ... 421
2. Essência das obrigações ... 424
3. Estrutura das obrigações ... 430
4. Ideia e posição do Direito das Obrigações perante o Direito Civil ... 431
5. Conteúdo da prestação obrigacional ... 432
6. Fontes das obrigações ... 434
7. Escorço histórico ... 437
8. Principiologia do Direito das Obrigações ... 441
8.1. Principiologia clássica do Direito das Obrigações ... 442
8.1.1. Princípio da autonomia da vontade ... 443
8.1.2. Princípio da justiça das relações obrigacionais ... 445
8.1.3. Princípio do neminem laedere ... 445
8.1.4. Princípio res perit domino ... 445
8.2. Nova principiologia do Direito obrigacional ... 446
8.2.1. Princípio da dignidade humana ... 447
8.2.2. Princípio da função social ... 448
8.2.3. Princípio da autonomia privada ... 450
8.2.4. Princípio da boa-fé ... 451
8.2.5. Princípio da justiça nas relações creditícias ... 455
8.2.6. Princípio do enriquecimento sem causa ... 456
8.2.7. Princípio da reparação integral ... 457
8.2.8. Princípio da aparência ... 457
8.2.9. Princípio da eticidade ... 457
8.2.10. Princípio da operabilidade ... 457
8.2.11. Princípio da socialidade ... 457
9. Classificação das obrigações ... 458
9.1. Quanto às fontes: contratuais e extracontratuais ... 458
9.2. Quanto à estrutura ... 458
9.3. Quanto ao objetivo visado: de resultado, de meios e de garantia ... 483
9.4. Obrigações reciprocamente consideradas: principais e acessórias ... 484
9.5. Quanto ao pagamento ... 484
10. Efeito desejável das obrigações: pagamento ... 496
10.1. Definição ... 496
10.2. Natureza jurídica ... 497
10.3. Condições de validade do pagamento ... 498
10.4. Regramento dogmático ... 499
10.5. Pagamentos especiais ... 510
10.6. Pagamento indevido ... 518
11. Transmissão das obrigações ... 521
11.1. Cessão de crédito ... 522
11.2. Assunção de dívida ... 525
11.3. Endosso e tradição manual do título ... 528
12. Efeito indesejável das obrigações: inadimplemento ... 528
12.1. Inadimplemento remediável: mora ... 528
12.1.1. Mora do devedor ... 529
12.1.2. Mora do credor ... 532
12.1.3. Purga da mora ... 533
12.1.4. Cessação da mora ... 533
12.2. Inadimplemento propriamente dito ou definitivo ... 533
13. Execução coativa ... 537
14. Extinção das obrigações ... 539
14.1. Pagamento ... 539
14.2. Inadimplemento ... 539
14.3. Inviabilidade do objeto ... 539
14.4. Decurso do prazo ... 539
14.5. Implemento da condição resolutiva ... 539
14.6. Incapacidade superveniente ... 540
14.7. Morte ... 540
14.8. Vontade do(s) agente(s): distrato e renúncia ... 540
14.9. Invalidade ... 540
14.10. Prescrição ... 541
14.11. Onerosidade excessiva ... 541
14.12. Novação ... 541
14.13. Compensação ... 545
14.14. Confusão ... 547
14.15. Remissão ... 549

9. Fontes das obrigações: contratos - Teoria Geral do Direito Contratual ... 551
1. Noção de contrato ... 551
2. Definição de contrato ... 552
3. Evolução histórica ... 554
4. Funções dos contratos ... 575
5. Requisitos de existência, de validade e de eficácia dos contratos ... 577
5.1. Requisitos subjetivos ... 578
5.2. Requisitos objetivos ... 581
5.3. Requisitos formais ... 582
6. Causa, motivo e fim dos contratos ... 584
7. Princípios informadores ... 585
7.1. Principiologia clássica do direito contratual ... 586
7.1.1. Princípio da autonomia da vontade ... 586
7.1.1.1. Princípio da obrigatoriedade contratual ... 587
7.1.1.2. Princípio do consensualismo ... 588

STJ00115339

7.1.1.3. Princípio da liberdade de contratar 589
7.1.1.4. Princípio da liberdade contratual 589
7.1.1.5. Princípio da relatividade contratual 589
7.1.1.6. Princípio da imutabilidade ou da intangibilidade 589
7.1.1.7. Princípio da irretratabilidade 589
7.1.2. Princípio do neminem laedere 590
7.1.3. Princípio da justiçacontratual 590
7.2. Nova principiologia do direito contratual 590
7.2.1. Introdução 590
7.2.2. Nova principiologia 592
8. Intervenção do Estado na economia contratual 607
8.1. Introdução 607
8.2. Fundamentos da intervenção do Estado 608
8.3. Esferas de intervenção 609
8.4. Revisão dos contratos 610
9. Cláusulas abusivas e conduta abusiva 629
10. Interpretação dos contratos 636
11. Formação dos contratos 641
11.1. Negociações preliminares 642
11.2. Proposta 645
11.3. Aceitação 647
12. Contrato preliminar 650
13. Cláusula penal 652
14. Arras 655
15. Vícios redibitórios 659
16. Evicção 665
17. Estipulação em favor de terceiro 666
18. Promessa de fato de terceiro 669
19. Classificação dos contratos 670
19.1. Quanto à tipificação legal 670
19.2. Quanto às características ontológicas 670
19.3. Quanto à denominação 670
19.4. Quanto à forma 671
19.5. Quanto à reciprocidade das prestações 672
19.6. Quanto às obrigações das partes 672
19.7. Quanto à previsibilidade das prestações 675
19.8. Quanto ao momento da execução 676
19.9. Quanto à amplitude do vínculo 676
19.10. Quanto à negociabilidade 677
19.11. Quanto ao conteúdo fiduciário 684
19.12. Quanto ao grau de interdependência 685
20. Cessão da posição contratual 686
21. Extinção dos contratos 687

10. Fontes das obrigações: contratos tipificados no Código Civil 701

1. Contrato de compra e venda 701
1.1. Definição 701
1.2. Partes 701
1.3. Efeitos 701
1.4. Caracteres jurídicos 703
1.5. Elementos 704
1.6. Requisitos subjetivos 705
1.7. Requisitos objetivos 707
1.8. Requisitos formais 708
1.9. Obrigações do vendedor 708
1.10. Obrigações do comprador 709
1.11. Cláusulas especiais 709
2. Contrato de troca 714
2.1. Definição 714
2.2. Observações gerais 714
3. Contrato estimatório 715
3.1. Definição 715
3.2. Partes 715
3.3. Caracteres jurídicos 715
3.4. Requisitos subjetivos 716
3.5. Requisitos objetivos 716
3.6. Requisitos formais 716
3.7. Prazo 716
3.8. Obrigações do consignatário 717
3.9. Obrigações do consignante 717
4. Contrato de doação 717
4.1. Definição 717
4.2. Partes 718
4.3. Natureza jurídica 718
4.4. Caracteres jurídicos 719
4.5. Elementos 719
4.6. Requisitos subjetivos 720
4.7. Requisitos objetivos 723
4.8. Requisitos formais 723
4.9. Classificação 724
4.10. Promessa de doação 726
4.11. Efeitos 727
4.12. Invalidade da doação 728
4.13. Revogação da doação 730
5. Contrato de locação 731
5.1. Locação de coisas 733
6. Contrato de empréstimo 753
6.1. Comodato 753
6.2. Mútuo 757
7. Contrato de prestação de serviço 763

7.1. Definição ... 763
7.2. Partes ... 765
7.3. Caracteres jurídicos ... 765
7.4. Requisitos subjetivos ... 766
7.5. Requisitos objetivos ... 766
7.6. Requisitos formais ... 766
7.7. Elementos ... 766
7.8. Preço ... 767
7.9. Prazo ... 767
7.10. Obrigações do prestador ... 767
7.11. Obrigações do tomador ... 768
7.12. Extinção do contrato ... 768
8. Contrato de empreitada ... 770
8.1. Definição ... 770
8.2. Partes ... 770
8.3. Elementos essenciais ... 770
8.4. Preço ... 771
8.5. Caracteres jurídicos ... 771
8.6. Diferenças entre empreitada e prestação de serviço ... 773
8.7. Requisitos subjetivos ... 774
8.8. Requisitos objetivos ... 774
8.9. Requisitos formais ... 774
8.10. Obrigações do empreiteiro ... 775
8.11. Obrigações do empreitante ... 776
8.12. Riscos ... 776
8.13. Extinção do contrato ... 777
9. Contrato de depósito ... 777
9.1. Definição ... 777
9.2. Partes ... 777
9.3. Caracteres jurídicos ... 778
9.4. Requisitos subjetivos ... 779
9.5. Requisitos objetivos ... 779
9.6. Requisitos formais ... 779
9.7. Prazo ... 780
9.8. Espécies ... 780
9.9. Depósito de mercadorias em armazéns-gerais ... 782
9.10. Obrigações do depositante ... 782
9.11. Obrigações do depositário ... 783
9.12. Riscos ... 788
9.13. Extinção do contrato ... 789
9.14. Depósito necessário ... 790
10. Contrato de mandato ... 793
10.1. Generalidades ... 793
10.2. Definição ... 795
10.3. Partes ... 795
10.4. Caracteres jurídicos ... 796
10.5. Requisitos subjetivos ... 796
10.6. Requisitos objetivos ... 797
10.7. Requisitos formais ... 797
10.8. Aceitação ... 800
10.9. Classificação ... 800
10.10. Obrigações do mandatário ... 800
10.11. Obrigações do mandante ... 802
10.12. Extinção do mandato ... 805
10.13. Mandato judicial ... 808
11. Contrato de comissão ... 810
11.1. Definição ... 810
11.2. Partes ... 810
11.3. Caracteres jurídicos ... 810
11.4. Requisitos de validade ... 811
11.5. Obrigações das partes ... 811
12. Contrato de agência e distribuição ... 812
12.1. Definição ... 812
12.2. Partes ... 813
12.3. Caracteres jurídicos ... 813
12.4. Requisitos de validade ... 814
12.5. Obrigações do agente ... 815
12.6. Obrigações do preponente ... 815
12.7. Extinção do contrato ... 815
13. Contrato de corretagem ... 816
13.1. Definição ... 816
13.2. Partes ... 816
13.3. Espécies ... 816
13.4. Caracteres jurídicos ... 816
13.5. Requisitos de validade ... 817
13.6. Obrigações do corretor ... 818
13.7. Obrigações do comitente ... 818
13.8. Extinção do contrato ... 819
14. Contrato de transporte ... 820
14.1. Definição ... 820
14.2. Partes ... 820
14.3. Objeto ... 820
14.4. Caracteres jurídicos ... 820
14.5. Requisitos de validade ... 821
14.6. Espécies ... 822
14.7. Transporte de pessoas ... 822
14.8. Transporte de coisas ... 824
15. Contrato de seguro ... 827
15.1. Definição ... 827

STJ00115339

15.2. Caracteres jurídicos ... 827
15.3. Requisitos subjetivos ... 828
15.4. Requisitos objetivos ... 829
15.5. Requisitos formais ... 830
15.6. Obrigações do segurado ... 831
15.7. Obrigações do segurador ... 832
15.8. Acumulação de seguros ou seguro cumulativo ... 833
15.9. Espécies de seguro ... 834
16. Contrato de constituição de renda ... 834
16.1. Definição ... 834
16.2. Partes ... 835
16.3. Caracteres jurídicos ... 835
16.4. Sujeitos ... 836
16.5. Prestações ... 836
16.6. Extinção do contrato ... 837
17. Contrato de jogo e aposta ... 837
17.1. Definições ... 838
17.2. Espécies ... 838
17.3. Efeitos civis do jogo tolerado e proibido ... 839
18. Contrato de fiança ... 839
18.1. Definição ... 840
18.2. Caracteres jurídicos ... 840
18.3. Requisitos subjetivos ... 841
18.4. Requisitos objetivos ... 841
18.5. Requisitos formais ... 841
18.6. Regras especiais ... 842
18.7. Efeitos ... 842
18.8. Extinção da fiança ... 844
18.9. Diferenças entre fiança e aval ... 844
19. Transação ... 845
19.1. Definição ... 845
19.2. Características ... 845
19.3. Natureza jurídica ... 845
19.4. Requisitos ... 845
19.5. Efeitos ... 846
20. Compromisso ... 846
20.1. Definição ... 846
20.2. Espécies ... 847
20.3. Requisitos de validade ... 847
21. Contrato de sociedade ... 848
21.1. Definição ... 848
21.2. Natureza jurídica ... 848
21.3. Diferenças entre sociedade e condomínio (comunhão) ... 850
21.4. Elementos do contrato de sociedade ... 850
21.5. Requisitos de validade contratual ... 850
21.6. Conteúdo do contrato social ... 852
21.7. Classificação ... 852
21.8. Sócios ... 858
21.9. Gerência ... 862
21.10. Prazo ... 864
21.11. Cessão de quotas e associação de terceiros ... 865
21.12. Extinção ... 865
21.13. Tipos ... 868
22. Associações ... 875
22.1. Definição ... 875
22.2. Natureza jurídica ... 875
22.3. Diferenças entre associação, sociedade e condomínio ... 876
22.4. Objeto ... 876
22.5. Nome ... 877
22.6. Constituição ... 877
22.7. Direitos e deveres dos associados ... 878
22.8. Administração ... 879
22.9. Extinção ... 879
23. Diferenças terminológicas ... 881

11. Fontes das obrigações: contratos não tipificados no Código Civil ... 883
1. Contrato de parceria rural ... 883
1.1. Definição ... 883
1.2. Caracteres jurídicos ... 883
1.3. Pontos comuns com outros contratos ... 884
1.4. Partes ... 884
1.5. Espécies ... 885
2. Contrato de edição ... 886
2.1. Definição ... 886
2.2. Tutela legal ... 887
2.3. Partes ... 887
2.4. Caracteres jurídicos ... 887
2.5. Outras características ... 888
2.6. Requisitos subjetivos ... 888
2.7. Requisitos objetivos ... 888
2.8. Requisitos formais ... 888
2.9. Obrigações do autor ... 888
2.10. Obrigações do editor ... 888
2.11. Extinção ... 889
3. Contrato de representação dramática ... 890
3.1. Definição ... 890
3.2. Partes ... 890
3.3. Tutela legal ... 890

STJ00115339

3.4. Caracteres jurídicos ... 890
3.5. Requisitos subjetivos ... 891
3.6. Requisitos objetivos ... 891
3.7. Requisitos formais ... 891
3.8. Obrigações do autor ... 891
3.9. Obrigações do empresário ... 891
3.10. Regra especial ... 891
3.11. Extinção ... 891
4. Contrato de franquia ... 892
4.1. Definição ... 892
4.2. Partes ... 892
4.3. Caracteres jurídicos ... 892
4.4. Formação e extinção do contrato ... 893
5. Contrato de concessão mercantil ... 893
5.1. Definição ... 893
5.2. Partes ... 894
5.3. Caracteres jurídicos ... 894
5.4. Requisitos de validade ... 894
5.5. Prazo ... 895
5.6. Direitos e deveres do concedente ... 895
5.7. Direitos e deveres do concessionário ... 896
5.8. Extinção do contrato ... 896
6. Contratos fiduciários ... 896
6.1. Introdução ... 896
6.2. Contratos fiduciários em espécie ... 897
6.2.1. Contratos fiduciários de garantia ... 899
6.2.2. Contratos fiduciários de administração ... 902
7. Contrato de conta corrente ... 907
7.1. Definição ... 907
7.2. Partes ... 907
7.3. Caracteres jurídicos ... 907
7.4. Requisitos de validade ... 908
7.5. Efeitos da conta corrente ... 908
7.6. Extinção ... 909
8. Contratos bancários ... 909
8.1. Generalidades ... 909
8.2. Operações passivas ... 909
8.3. Operações ativas ... 911
8.4. Outras operações bancárias ... 913
9. Contrato de capitalização ... 915
9.1. Definição ... 915
9.2. Partes ... 916
9.3. Tutela legal ... 916
9.4. Natureza jurídica ... 916
9.5. Relações com outros contratos ... 916
9.6. Caracteres jurídicos ... 916
9.7. Sociedades de capitalização ... 917
9.8. Título de capitalização ... 918
10. Contrato de *joint venture* ... 918
11. Contrato de arrendamento mercantil ou *leasing* ... 918
11.1. Definição ... 918
11.2. Partes ... 919
11.3. Tutela legal ... 919
11.4. Caracteres jurídicos ... 919
11.5. Requisitos de validade ... 920
11.6. Modalidades ... 920
12. Contrato de *know-how* ... 921
12.1. Definição ... 921
12.2. Partes ... 921
12.3. Caracteres jurídicos ... 921
12.4. Natureza jurídica ... 922
12.5. Requisitos de validade ... 922
12.6. Obrigações das partes ... 923
12.7. Extinção do contrato ... 923
13. Contrato de *engeneering* ... 923
14. Contrato de *hedge* ... 923
15. Contrato de faturização ou *factoring* ... 925
15.1. Definição ... 925
15.2. Caracteres jurídicos ... 927
15.3. Requisitos de validade ... 928
15.4. Extinção do contrato ... 928
16. Contrato de cartões de crédito ... 928
16.1. Definição ... 928
16.2. Caracteres jurídicos ... 929
16.3. Requisitos de validade ... 930
16.4. Espécies de cartão de crédito ... 931
16.5. Obrigações das partes ... 931
16.6. Extinção do contrato ... 932
17. Contrato de *shopping centers* ... 932
17.1. Definição ... 932
17.2. Partes ... 932
17.3. Características do contrato de shopping center ... 933
18. Contrato de consórcio ... 933
18.1. Definição ... 933
18.2. Tutela legal ... 935
18.3. Requisitos de validade ... 935
18.4. Efeitos ... 936
18.5. Outras espécies de consórcio ... 939

12. Fontes das obrigações: atos ilícitos ... 941
1. Generalidades e definição ... 941

2. Elementos do ato ilícito ... 945
2.1. Análise dos elementos do ato ilícito civil ... 946
2.2. Ação indenizatória ... 963
3. Responsabilidade por fato de outrem ... 966
4. Responsabilidade por fato de coisa ... 968
5. Teorias subjetiva e objetiva da responsabilidade civil ... 968
6. Responsabilidade civil do estado ... 975
6.1. Definição ... 975
6.2. Evolução histórica ... 975
6.3. Fundamento doutrinário ... 976
6.4. Consequências ... 976
6.5. Disposições legais: art. 37, § 6.º, da CF ... 976
7. Diferenças entre algumas espécies de ilícitos (civil, penal, administrativo) ... 978
8. Abuso de direito ... 980
9. Enriquecimento ilícito ... 990

13. Fontes das obrigações: atos unilaterais ... 997
1. Promessa de recompensa ... 999
2. Gestão de negócios ... 1001
2.1. Definição ... 1001
2.2. Partes ... 1001
2.3. Natureza jurídica ... 1001
2.4. Elementos ... 1004
2.5. Obrigações do gestor ... 1005
2.6. Obrigações do dono do negócio ... 1005
2.7. Aprovação ... 1006
2.8. Casos afins ... 1006
2.9. Gestão imprópria ... 1006
3. Pagamento indevido ... 1007

14. Liquidação das obrigações: concurso de credores ... 1017
1. Generalidades ... 1017
2. Processo ... 1017
3. Concordata civil ... 1020
4. Saldo devedor da execução ... 1020
5. Extinção das obrigações ... 1020

15. Direito das coisas: Introdução. Propriedade ... 1021
1. Introdução ao estudo do direito das coisas ... 1021
2. Propriedade ... 1027
2.1. Definição ... 1027
2.2. História, sociologia e política da propriedade ... 1030
2.3. Fundamento da propriedade ... 1033
2.4. Elementos da propriedade ... 1035
2.5. Atributos da propriedade ... 1039
2.6. Função social da propriedade ... 1040
2.7. Classificação ... 1044
2.8. Extensão da propriedade ... 1047
2.9. Restrições à propriedade ... 1047
2.10. Proteção específica da propriedade ... 1049
2.11. Domínio público ... 1050
2.12. Aquisição ou constituição da propriedade ... 1055
2.13. Propriedade imóvel ... 1057
2.14. Propriedade móvel ... 1099
2.15. Condomínio ... 1107
2.16. Multipropriedade ... 1124
2.17. Incorporações ... 1132
2.18. Propriedade resolúvel ... 1133
2.19. Propriedade fiduciária ... 1136
2.19.1. Propriedade fiduciária com escopo de administração ... 1137
2.19.2. Propriedade fiduciária com escopo de garantia ... 1141
2.20. Perda ou cessação da propriedade móvel e imóvel ... 1152

16. Direito das coisas: posse ... 1161
1. Definição ... 1161
2. Natureza jurídica da posse ... 1170
3. Objeto jurídico da posse ... 1173
4. Classificação da posse ... 1174
4.1. Posse direta e indireta ... 1174
4.2. Posse justa e injusta ... 1175
4.3. Posse de boa-fé e de má-fé ... 1177
4.4. Posse com justo título e posse com título justo ... 1177
4.5. Posse ad interdicta ... 1178
4.6. Posse ad usucapionem ... 1178
5. Aquisição ou constituição da posse ... 1179
6. Composse ... 1184
7. Efeitos da posse ... 1185
8. Proteção possessória ... 1189
8.1. Observações preliminares ... 1189
8.2. Fundamento da proteção possessória ... 1190
8.3. Atentados contra a posse ... 1191
8.4. Objeto dos atentados ... 1192
8.5. Instrumentos de proteção possessória ... 1192
9. Função social da posse ... 1203
10. Perda ou cessação da posse ... 1204

10.1. Perda ou cessação da posse das coisas ... 1204
10.2. Perda ou cessação da posse dos direitos ... 1207

17. Direito das coisas: direitos reais sobre coisas alheias ... 1209
1. Introdução ... 1209
2. Direitos reais de uso e fruição ... 1209
2.1. Direito real de enfiteuse ... 1210
2.2. Direito real de servidão ... 1214
2.3. Usufruto ... 1219
2.4. Uso, habitação e direitos reais sociais ... 1224
2.5. Direito real de superfície ... 1228
2.6. Direito real de laje ... 1236
2.7. Direito real de uso do locatário ... 1248
3. Direitos reais de aquisição ... 1249
3.1. Promessa irretratável de compra e venda de imóvel ... 1249
3.2. Retrovenda ... 1250
3.3. Direito de remancipação do devedor fiduciante ... 1250
3.4. Direito de preferência do locatário, do condômino, do superficiário, do enfiteuta, do ocupante de imóvel da União, do vendedor na reserva de domínio ... 1251
4. Direitos reais de garantia ... 1252
4.1. Teoria geral dos direitos reais de garantia ... 1252
4.2. Direitos reais de garantia em espécie ... 1256

18. Obra intelectual ... 1275
1. Natureza jurídica e definição ... 1275
2. Tutela legal ... 1277
3. Direitos do autor ... 1277
3.1. Direitos patrimoniais do autor ... 1277
3.2. Direitos morais do autor ... 1278
3.3. Duração dos direitos patrimoniais do autor ... 1278
3.4. Limitações aos direitos autorais ... 1279
3.5. Cessão dos direitos de autor ... 1280
3.6. Violação dos direitos de autor ... 1281
4. Registro das obras intelectuais ... 1281
5. Obra intelectual na informática ... 1281

19. Direito de família ... 1285
1. Introdução ... 1285
2. Principiologia do Direito de Família ... 1290
2.1. Nota preliminar ... 1290
2.2. Princípio da dignidade humana ... 1291
2.3. Princípio da função social da família ... 1291
2.4. Princípio do pluralismo ... 1291
2.5. Princípio da solidariedade ... 1292
2.6. Princípio da proteção especial ... 1293
2.7. Princípio da igualdade ... 1293
2.8. Princípio da dissolubilidade do vínculo ... 1296
2.9. Princípio da afetividade ... 1297
2.10. Princípio da monogamia ... 1298
3. Casamento ... 1299
3.1. Definição ... 1299
3.2. Natureza jurídica ... 1302
3.3. Caracteres jurídicos ... 1302
3.4. Finalidades ... 1303
3.5. Casamento civil e religioso ... 1303
3.6. Habilitação para o casamento ... 1304
3.7. Impedimentos matrimoniais ... 1305
3.8. Celebração do casamento ... 1312
3.9. Prova do casamento ... 1313
3.10. Efeitos do casamento ... 1314
3.11. Regimes de bens ... 1317
3.12. Extinção do casamento ... 1325
3.13. Casamento inexistente ... 1333
3.14. Casamento irregular ... 1334
3.15. Casamento putativo ... 1334
4. União estável ... 1335
5. Parentesco ... 1341
5.1. Espécies de parentesco ... 1341
5.2. Graus de parentesco ... 1344
6. Afinidade ... 1346
7. Filiação ... 1348
7.1. Presunção de paternidade ... 1353
7.2. Prova da maternidade ... 1354
7.3. Prova pela posse do estado de filho ... 1354
7.4. Contestação da paternidade ... 1355
7.5. Impugnação ou desconhecimento da paternidade ... 1355
7.6. Contestação de maternidade ... 1355
7.7. Ação de vindicação de estado ou de filiação legítima ... 1356
7.8. Ação de investigação de paternidade ou de maternidade ... 1356
7.9. Reconhecimento da paternidade ... 1356
7.10. Formas de procriação ... 1357
7.11. Adoção ... 1359
8. Poder familiar ... 1364
8.1. Definição ... 1364
8.2. Consequências do poder familiar quanto à pessoa dos filhos ... 1364

STJ00115339

8.3. Consequências do poder familiar quanto aos bens dos filhos 1367
8.4. Cessação do poder familiar 1367
8.5. Suspensão do poder familiar 1367
8.6. Perda do poder familiar 1368
9. Alienação parental 1368
10. Tutela 1370
10.1. Definição 1370
10.2. Nomeação do tutor 1371
10.3. Espécies de tutela 1371
10.4. Incapacidade para o exercício da tutela 1372
10.5. Pessoas que podem se escusar da tutela 1372
10.6. Exercício da tutela 1373
10.7. Cessação da tutela 1374
10.8. Prestação de contas 1374
11. Curatela 1375
11.1. Definição 1375
11.2. Nomeação do curador 1375
11.3. Prestação de contas 1376
12. Tomada de decisão apoiada 1377
13. Guarda 1379
13.1. Definição 1379
13.2. Titularidade da guarda 1379
13.3. Efeitos da guarda 1383
14. Alimentos 1384
14.1. Definição 1384
14.2. Sujeito ativo e passivo de alimentos 1384
14.3. Prestação de alimentos 1386
15. Ações de família 1389

20. Direito das sucessões 1391
1. Introdução 1391
1.1. Definições 1391
1.2. Objeto da sucessão 1394
1.3. Histórico e fundamentos 1395
1.4. Abertura da sucessão 1396
1.5. Capacidade para suceder 1398
1.6. Transmissão ou devolução da herança 1399
2. Sucessão legítima 1405
2.1. Definição e generalidades 1405
2.2. Ordem de vocação hereditária 1408
2.3. Exclusão de herdeiro indigno 1417
3. Sucessão testamentária 1420
3.1. Definição 1420
3.2. Generalidades sobre os testamentos 1420
3.3. Formas de testamento 1424
3.4. Codicilos 1429
3.5. Disposições testamentárias 1430
3.6. Herdeiros necessários e herança legítima 1437
3.7. Substituições 1438
3.8. Deserdação 1443
3.9. Legados 1444
3.10. Execução dos testamentos 1446
3.11. Inexecução dos testamentos 1451
4. Liquidação e partilha da herança 1458
4.1. Inventário 1458
4.2. Partilha 1466
4.3. Holding familiar 1467

Referências 1469